

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT14.009

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PIXAIM

Auceia Matos Dourado¹Ryan Borges dos Santos²Ana Luisa Calixto de Santana³Adrian Estácio dos Santos⁴

RESUMO

A comunidade remanescente de quilombo Pixaim, está situada na foz do rio São Francisco, no município de Piaçabuçu/AL, é marcada por um modo de vida ligado a práticas tradicionais do uso do espaço, com respeito à natureza e seus ciclos, já que é cercada por dunas, e vive uma profunda relação com o seu território. A comunidade atualmente enfrenta desafios ambientais e socioeconômicos, sobretudo em função das modificações em seu espaço. Assim a comunidade que possuía cerca de 400 famílias, sofreu um processo de migração forçada, a partir da década de 80, em busca de melhores condições de vida, uma vez que a rizicultura foi extinta em função de mudanças ambientais. Destarte, as famílias que hoje ainda residem na comunidade

1 Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, auceia.dourado@penedo.ufal.br;

2 Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ryan.santos@arapiraca.ufal.br;

3 Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ana.santana@arapiraca.ufal.br;

4 Graduando pelo Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, adrian.santos@arapiraca.ufal.br;

(cerca de 20), enfrentam diariamente a escassez hídrica e os efeitos do processo de salinização das águas do rio São Francisco. Neste cenário, a Educação Ambiental, surge não apenas como estímulo à sensibilização ecológica na promoção de práticas sustentáveis, como um instrumento de fortalecimento identitário. Através de uma abordagem qualitativa, na perspectiva da pesquisa etnográfica, são analisadas as relações entre as práticas de subsistência, os conhecimentos tradicionais do Pixaim, voltados à pesca, criação de pequenos animais, extrativismo do coco e uso das ervas medicinais. Este trabalho propõe uma análise crítica sobre as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais da comunidade, promovendo um diálogo entre os saberes científicos e tradicionais. Destaca-se a importância da Educação Ambiental na sensibilização da comunidade escolar, principalmente as crianças, visto os desafios relacionados à infraestrutura precária e ao acesso à educação formal afeta diretamente na comunidade. Conclui-se que, é essencial integrar os saberes tradicionais do Quilombo Pixaim com práticas de gestão ambiental mais amplas, destacando a necessidade de uma Educação Ambiental contextualizada, que dialogue com os desafios da comunidade e que atenda às necessidades de preservação e bem-estar dos moradores.

Palavras-chave: Educação ambiental, Comunidade quilombola, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA), entendida como campo interdisciplinar e política pública, é essencial para o enfrentamento dos desafios socioambientais da atualidade. Em tempos de crise ecológica, aceleração das desigualdades e deterioração dos ecossistemas, é imprescindível repensar as formas de produção de conhecimento e as práticas pedagógicas relacionadas à sustentabilidade. A EA surge como um processo de formação emancipatória e crítica, que visa o diálogo entre os saberes, o fortalecimento da cidadania ambiental e o restabelecimento das relações entre sociedade e natureza. Sorrentino, Trajber e Mendonça (2005) afirmam que a Educação Ambiental, enquanto política pública, deve articular Estado e sociedade civil, promover a participação social e a construção coletiva de valores éticos e culturais, permitindo romper o *status* das injustiças ambientais.

Considerando o contexto brasileiro, a EA também foi construída num cenário de desigualdade social e de colonialidade do poder. Nesse sentido, o caminho da criticidade se mostra como norte, para que a EA cumpra seu papel de emancipação, sempre considerando a mediação entre teoria e prática efetiva. A colonização, segundo Quijano (2000), não foi apenas territorial e econômica, mas também produziu um sistema de hierarquização dos saberes e das identidades, que subordinou os povos indígenas e os afrodescendentes às epistemologias eurocêntricas. Essa estrutura colonial, que ainda persiste nas práticas sociais e políticas, gerou processos que silenciaram os saberes tradicionais e os modos de vida da população quilombola e rural. Araújo e Nazareno (2018), ao discutirem a interculturalidade crítica e a complexidade ambiental, enfatizam que compreender como comunidades quilombolas se organizam em suas relações com o meio ambiente é também reconhecer suas práticas de resistência epistêmica e política que se opõem à lógica hegemônica de exploração da natureza.

As comunidades quilombolas são configuradas como espaços de resistência e re-existência, onde a Educação Ambiental se apresenta

como um instrumento de preservação da memória coletiva, assim como de valorizações das identidades culturais. Desde o período colonial, os quilombos simbolizam formas autônomas de organização social e territorial, pautadas por princípios de solidariedade, reciprocidade e respeito à natureza (Leite, 2008). Essas populações mantêm práticas que são expressões de um saber ambiental ancestral, que é construído a partir da convivência com os ecossistemas locais, sendo transmitido por seus ancestrais. Como já ocorre em várias comunidades quilombolas do país, os saberes tradicionais relacionados a pesca, ao extrativismo vegetal, ao uso de ervas medicinais e a agricultura de subsistência configuram-se como tecnologias sociais sustentáveis, pautadas na ética do cuidado e da coevolução entre ser humano e natureza.

Por outro lado, as transformações socioambientais provocadas pelo avanço do agronegócio, pela urbanização descontrolada e pela falta de políticas públicas específicas, impactam fortemente esses territórios (Borges; Silva; Rodrigues, 2021). Destarte, a falta de infraestrutura, a escassez da água e a falta de reconhecimento fundiário, acentuam a vulnerabilidade social e ambiental, fator também agravado pela marginalização cultural aliada à invisibilidade histórica dos povos quilombolas nos processos de decisão. Neste contexto, a Educação Ambiental Crítica, para além de uma ferramenta pedagógica, se configura também como uma luta política e uma estratégia de afirmação do espaço social. Para Sánchez, Pelacani e Accioly (2020), a Educação Ambiental insurgente é a que emerge dos movimentos sociais populares e das práticas do cotidiano, voltada à luta do direito à terra, à água e à vida digna.

A ótica da percepção ambiental, segundo a visão de Marin (2008) expande os diálogos entre os sujeitos e o meio em que vivem, enfatizando o significado simbólico, histórico e cultural que possibilita as relações. A autora ainda afirma, que a percepção ambiental é um campo de pesquisa fora dos limites da Psicologia ou das Ciências Naturais, que permite decifrar a forma como as pessoas significam o ambiente e organizam, a partir dele, identidades sociais e práticas sociais e culturais. Por isso, no contexto

em que se concebe a Educação Ambiental Crítica, é necessário conhecer as percepções ambientais das comunidades tradicionais, já que nelas são reveladas as dimensões culturais do pertencimento, da memória e da resistência, elementos fundamentais para o fortalecimento das identidades coletivas e territoriais.

É neste horizonte teórico e político que se insere a presente pesquisa sobre a comunidade quilombola Pixaim, situada na foz do rio São Francisco, no município de Piaçabuçu, estado de Alagoas. Trata-se de uma comunidade remanescente de quilombo caracterizada por um modo de vida tradicional profundamente vinculado aos ciclos da natureza. Cercada de dunas e banhada por águas do “Velho Chico”, o Pixaim construiu ao longo da sua história uma relação simbiótica com o ambiente, baseada entre outras práticas, no exercício da pesca artesanal, do extrativismo do coco, na criação de pequenos animais e no uso medicinal das plantas nativas. Essas práticas ensejam uma racionalidade ecológica própria, que significa o uso equilibrado dos recursos naturais, respeitando os ciclos ecológicos locais.

Num diálogo sobre as relações entre Educação Ambiental e Sustentabilidade, Roos e Becker (2012) sustentam que a sustentabilidade deve ser entendida como um processo em movimento, nas suas dimensões social, cultural, ética e ecológica, e não como um equilíbrio ecológico que possa ser medido. Nesse sentido, a Educação Ambiental se constitui como um instrumento de reflexão crítica acerca do consumo, do desenvolvimento e das formas de apropriação da natureza, vinculando valores e práticas para sustentabilidade, que contestam a lógica do produtivismo e da exclusão. Esse argumento tem pertinência especial em relação às comunidades tradicionais, como a do Pixaim, que, ao longo da história, se orientaram na construção de modos de vida sustentáveis a partir da reciprocidade e do uso comunitário dos bens naturais.

Entretanto, nas últimas décadas, essa comunidade tem vivido um processo de degradação ambiental e desestruturação socioeconômica. A salinização das águas do rio São Francisco, gerada pelas alterações da dinâmica fluvial e interferências antrópicas, fez colapsar a rizicultura, a

atividade econômica com maior relevância local, forçando a migração da maioria das famílias. Das quase 400 famílias, que viviam no território, em meados dos anos 80, hoje resta cerca de 20, convivendo com a escassez de água, com a diminuição da pesca, com a falta de políticas públicas, tal como evidenciadas no Relatório Técnico Antropológico n.9/2024 - SPPEA/CNP/ISF, do Ministério Público Federal. Esses desafios impactam diretamente seu tecido social e a continuidade de suas práticas tradicionais, colocando em risco a permanência das mesmas em seu território.

A Educação Ambiental, neste contexto, representa uma possibilidade real de reforço da identidade e reconstrução da comunidade. Conforme Silva, Ferreira e Marinho (2021) as práticas de Educação Ambiental nas comunidades quilombolas devem ser baseadas na valorização dos saberes locais e na inserção das populações no debate em torno das políticas de conservação e de sustentabilidade. O reconhecimento do conhecimento tradicional, como parte constitutiva do patrimônio cultural e ecológico do país, possibilita a articulação entre a ciência moderna e os saberes das comunidades, o que permite um diálogo horizontal entre os saberes. Essa articulação é uma proposta epistemológica que rompe o monopólio da ciência ocidental, ainda que não o faça através da negação do conhecimento científico e insista na valorização das múltiplas formas de conhecer e interpretar o mundo.

A pesquisa aqui apresentada adota uma aproximação qualitativa e etnográfica, pois se baseia na imersão dos pesquisadores na realidade da comunidade e na escuta ativa dos seus moradores. A metodologia foi construída, partir das observações em campo, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa, visando captar as percepções dos sujeitos, a respeito das transformações ambientais observadas no território, e da Educação Ambiental em suas vidas. Inspirada em Pereira (2025), que intenta chamar atenção para o valor das experiências vividas das comunidades quilombolas como ponto de partida para a reflexão sobre identidade e território, a pesquisa priorizou o diálogo, a escuta, e o respeito aos tempos e modos próprios da comunidade. Esta perspectiva metodológica encara

o território não só como espaço geográfico, mas como lugar da memória, das práticas e do pertencimento, onde se constrói a identidade coletiva.

Frente aqueles desafios, a consciência ambiental do Pixaim se mantém acentuada, expressa em práticas cotidianas de solidariedade, manejo sustentável e uso racional dos recursos naturais. Ao integrar-se à vida comunitária, a Educação Ambiental pode contribuir para o resgate da autoestima e da identidade quilombola e para ações locais. As oficinas educativas na escola e as atividades de sensibilização com crianças e jovens demonstram o potencial da EA para interligar conhecimento, cultura e ação, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a transmissão dos saberes tradicionais.

No entanto, permanecem desafios estruturais relevantes. A falta de infraestrutura escolar, o acesso na comunidade e à água potável e a distância em relação aos centros urbanos, limitam as possibilidades de inclusão educacional, além de potencializar as dificuldades econômicas da população pela falta de acesso a outras atividades que poderiam completar a renda familiar. Essas condições acentuam a urgência de políticas públicas específicas que atendam aos anseios das comunidades quilombolas. Conforme observam Borges, Silva e Rodrigues (2021) os sujeitos afirmam que na comunidade a falta de políticas públicas para a localidade dificultam a vida das residentes, indicando que de modo mais pontual, a falta de políticas ambientais e educacionais adequadas produz um cenário de vulnerabilidade, que só pode ser revertido, a partir da articulação entre os saberes tradicionais e as ações de gestão ambiental participativa.

Assim sendo, a Educação Ambiental na comunidade Pixaim, é entendida como um processo de ressignificação cultural e de resistência à permanência no território. Trata-se de uma educação que não se resume apenas ao fornecimento de informações sobre o meio ambiente, mas que esteja comprometida com a transformação social e com a formação de uma consciência crítica em relação aos processos históricos de exclusão. A interculturalidade e a decolonialidade se tornam, assim, princípios norteadores desta prática educativa, porquanto se é possível reconhecer

que a sustentabilidade só será viável quando a diversidade cultural e o conhecimento tradicional forem legitimados como bases da educação e da política ambiental.

Dessa forma, assevera-se que, o estudo sobre os desafios e potencialidades da Educação Ambiental na comunidade quilombola Pixaim é também uma reflexão sobre os sentidos da resistência e da esperança. Nesse contexto, a Educação Ambiental assume a forma de prática da liberdade, do pertencer e da reconstituição do laço entre cultura e natureza, pois ela é mais do que uma ação pedagógica: é um ato político e ético, afirmando o direito dos povos quilombolas de existir, de ensinar e de aprender a partir dos seus territórios. A escuta sobre o saber ancestral do Pixaim, o diálogo entre tradição e ciência, e a Educação Ambiental, se apresenta como uma condição para sustentabilidade integral (ecológica, cultural e humana), capaz de inspirar novas formas de convivência e de (re)encantamento com a vida.

METODOLOGIA

A comunidade quilombola remanescente do Pixaim, está situada em Piaçabuçu, Alagoas, no estuário do rio São Francisco, uma área que se destaca pela sua importância sociocultural e ambiental. De acordo com o Relatório Técnico Antropológico n.º 9/2024 - SPPEA/CNP/ISF do Ministério Público Federal, o território do Pixaim está situado numa zona de transição entre o bioma da Caatinga e o ecossistema costeiro, composto de dunas móveis e restinga, uma área que sofre a influência direta da dinâmica fluvial e marinha. Esta localização promove uma relação histórica e simbólica com o rio São Francisco, reconhecido pelos seus moradores como elemento central de sua identidade, memória e permanência.

A pesquisa de viés qualitativo, com natureza etnográfica e participativa, se guiou pelo objetivo de compreender as dinâmicas socioculturais, ambientais e educativas que constituem o território do Pixaim. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa objetiva realizar interpretação dos fenômenos sociais de forma total, privilegiando a subjetividade, os

significados e as relações simbólicas que se efetivam a partir das vivências humanas. Tal abordagem é pertinente na pesquisa, que busca investigar as comunidades tradicionais, onde o conhecimento, as práticas e as formas de ver o mundo se constroem de modo coletivo e contextualizado.

A escolha pela etnografia se dá pela necessidade de entender a comunidade “de dentro”, respeitando o ponto de vista dos próprios sujeitos. Geertz (1989) designa a etnografia como uma “descrição densa” da cultura, tendo o autor como intérprete das ações e significados locais. No caso do Pixaim, esta postura ajudou a conhecer os modos de vida, os vínculos com o território e as estratégias de resistência cultural e ambiental que os moradores desenvolvem cotidianamente. Também se utilizou de uma postura participativa e dialógica, onde os sujeitos da comunidade não foram somente fontes de informação, mas co-participantes do processo de investigação, acompanhando os princípios da Educação Ambiental Crítica (Sorrentino et al., 2005; Sánchez; Pelacani; Accioly, 2020).

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PIXAIM

O território em questão foi constituído numa área de restinga, dunas móveis e planícies fluviais, um espaço ambientalmente sensível e com forte influência do regime hídrico do “Velho Chico”. A comunidade desenvolveu um histórico processo de interação com o rio e com as dunas, que moldou suas práticas sociais e culturais, expressas nas formas de produção, de moradia e de convivência com as adversidades.

Historicamente, a comunidade Pixaim foi formada por famílias afrodescendentes, que se fixaram na área depois do período escravocrata, as quais para sobreviver desenvolveram atividades de subsistência como a pesca artesanal, o extrativismo do coco, a rizicultura, a criação de pequenos animais e o uso terapêutico das ervas medicinais. Essas atividades constituíram um sistema tradicional de manejo ambiental, pautado na preservação dos ciclos da natureza e do uso equilibrado dos recursos. O Relatório Técnico Antropológico (SPPEA/CNP/ISF, 2024) ressalta, no

entanto, que a partir da década de 1980 o equilíbrio ecológico começou a ser desarticulado, em parte devido à salinização das águas do rio São Francisco, à erosão costeira e à diminuição da vazão do rio, fatores que levaram ao colapso da rizicultura (principal atividade econômica da região), e geraram um movimento de migração forçada.

Na atualidade, segundo o Ministério Público Federal (2024), a comunidade conta com cerca de 20 famílias residentes, das mais de 400 que ocupavam o mesmo espaço anteriormente. Enfrentam enormes desafios, como a falta de água encanada, a salinização dos poços d'água, a precariedade da moradia e a falta de políticas públicas. Entretanto, ainda têm um forte sentimento de pertencimento e suas práticas tradicionais expressam uma forma de racionalidade ambiental que é singular, uma vez que a natureza é vista não como um recurso, mas como o sujeito da relação. Este aspecto simbólico do território foi determinante para a elaboração da metodologia e para a compreensão do papel da Educação Ambiental como um instrumento de fortalecimento comunitário.

SUJEITOS DA PESQUISA

Na pesquisa, participaram os moradores da comunidade Pixaim, a saber líderes comunitários, pescadores, mulheres extrativistas e crianças. O número total de participantes foi definido de modo intencional, respeitando o princípio da amostragem teórica (Minayo, 2012), na qual a escolha dos sujeitos busca atender à diversidade das experiências e das visões dos sujeitos, e não à sua representatividade estatística.

Foram realizadas, ao todo, entrevistas e interações com 20 pessoas dentre os quais se destaca: uma líder comunitária, quatro pescadores e cinco mulheres, que se dedicam ao extrativismo e ao uso de plantas medicinais, além dos demais moradores (desde os mais antigos da comunidade aos mais jovens). Cada sujeito participante foi identificado por pseudônimo, de modo a garantir o anonimato e a seguir os preceitos éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O envolvimento das pessoas não se restringiu à fase de coleta de dados, mas alcançou a interpretação coletiva das informações realizadas após as observações em campo. Essa atitude colaborativa amplia a validade da pesquisa, pois considera os participantes como coautoras do processo de investigação, conferindo legitimidade e significado social a seus resultados.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A obtenção de dados foi realizada entre os meses de outubro de 2024 a março de 2025, envolvendo estratégias de observação participante, entrevistas semiestruturadas e registros de campo. Essa triangulação dos procedimentos foi importante para compreender as diferentes dimensões da realidade comunitária e proporcionar maior consistência na interpretação (Flick, 2009).

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante foi utilizada como técnica principal, possibilitando acompanhar o cotidiano da comunidade e compreender as interações sociais em seu contexto natural. Segundo Triviños (1987), tal técnica deve ser considerada a mais substancial nas pesquisas qualitativas, uma vez que possibilita ao pesquisador se enxergar dentro do campo e interpretar os significados das ações observadas. As observações ocorreram nas atividades, como pescarias, reuniões comunitárias, coleta de coco, e ainda nos rituais religiosos, sendo registradas por meio de registros fotográficos e diário de campo com descrições, reflexões pessoais e interpretações preliminares.

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas semiestruturadas objetivaram aprofundar as compreensões sobre a percepção ambiental, sobre os saberes tradicionais e sobre as

práticas ambientais locais. As perguntas elaboradas com linguagem clara e adaptada à realidade local, abordaram temas como: transformações/mudanças ambientais, papel da Educação Ambiental, práticas sustentáveis e perspectivas de futuro. De acordo com Minayo (2012), esse tipo de entrevista possibilita o diálogo aberto e a emergência de categorias de sentido que não estão previstas *a priori*, respeitando-se, assim, a voz e a experiência dos entrevistados.

REGISTROS DE CAMPO E ANÁLISE DOCUMENTAL

A pesquisa utilizou também os registros fotográficos, as anotações etnográficas e a análise de fontes secundárias, como o relatório antropológico, o Plano de Manejo da APA Piaçabuçu e os documentos produzidos pelo Ministério Público Federal. Tais materiais possibilitaram contextualizar as narrativas da comunidade com relação às políticas ambientais e territoriais.

TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados passaram por uma análise com abordagem de análise de conteúdo, segundo os pressupostos de Bardin (2016), aliada à hermenêutica simbólica, de Geertz (1989). A análise foi feita em três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização dos registros, (2) exploração do material, com identificação dos núcleos temáticos e categorias emergentes e (3) interpretação, relacionando categorias com dimensões teóricas da Educação Ambiental e interculturalidade.

Das categorias emergentes, destaca-se saberes tradicionais e sustentabilidade, percepção ambiental e pertencimento, educação e resistência cultural e identidade territorial. Estas categorias foram interpretadas à luz dos autores Marin (2008) e Roos e Becker (2012), que discutem a percepção ambiental e a sustentabilidade como trabalhos culturais. A triangulação entre as observações, as vivências na comunidade e os rela-

tos das entrevistas possibilitaram consolidá-las em uma análise coerente com os princípios da Educação Ambiental Crítica, na qual teoria e prática se fazem interpenetrar.

A metodologia escolhida neste estudo combina a estrita científica com compromisso ético e político da Educação Ambiental. A pesquisa qualitativa e etnográfica, fundamentada em clássicos e complementada por relatos da comunidade Pixaim, nos deu uma leitura unitária da realidade local, ao conceber o território como espaço educativo, a cultura como patrimônio e a sustentabilidade como prática no cotidiano. O método, mais do que um instrumento técnico, constituiu-se como via de diálogo e reconhecimento recíproco entre os pesquisadores e a comunidade, resgatando o potencial da Educação Ambiental Crítica enquanto instrumento de resistência, de valorização cultural e de re-existência quilombola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa demonstram que a comunidade quilombola Pixaim conserva um conjunto de saberes que têm um profundo vínculo com a natureza, a espiritualidade católica e as práticas de subsistência. As observações e conversas realizadas mostraram que as formas de uso dos recursos naturais, como a pesca artesanal, o extrativismo do coco, coleta de ervas medicinais e a criação de pequenos animais, se configuraram como expressões de uma racionalidade ecológica própria, construída ao longo do tempo em meio à convivência com os ecossistemas locais.

Esses conhecimentos representam o que Leff (2001) chamou de epistemologias ambientais locais, que estão em oposição à lógica dominante de exploração da natureza e são fundadas na ética do cuidado e da reciprocidade. Ao designarem o rio São Francisco como “importante” e carinhosamente apelidado de “Velho Chico”, esses quilombolas ribeirinhos não apenas expressam uma relação utilitarista, mas também uma relação simbólica e espiritual, cuja intimidade com o ambiente é admi-

tida como parte da própria vida. Essa cosmovisão é reforçada pela ideia de território vivido e de que os elementos naturais são partes constitutivas da identidade coletiva (Haesbaert, 2004).

No cotidiano, percebe-se que o conhecimento ambiental é transmitido por meio da oralidade e da convivência, que se dá entre diferentes gerações, principalmente nas atividades familiares e comunitárias. As mulheres ocupam, em especial, o papel central na preservação dos conhecimentos sobre as plantas medicinais, a alimentação e o manejo doméstico da água, evidenciando o caráter feminino e educativo da sustentabilidade, e que o desenvolvimento sustentável só pode ser efetivo ao integrar as dimensões culturais, sociais e éticas das comunidades locais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

De acordo com as práticas de Educação Ambiental da comunidade, essas não configuram apenas práticas educativas, mas sim como atos de resistência e de re-existência cultural. A escola, ainda que não existente fisicamente na comunidade, é observada como uma possibilidade de reafirmação da identidade quilombola e da valorização do saber tradicional. As conversas, ainda que informais e pautadas na sensibilização ecológica, realizadas com os moradores do Pixaim mostraram que a Educação Ambiental é vivenciada e aprendida de forma dialógica, com a relação direta entre sujeitos, tendo como base o território.

CULTURA RELIGIOSA E AGLUTINAÇÃO DA COLETIVIDADE

Na comunidade quilombola Pixaim, a religiosidade é um componente fundamental para a construção da identidade coletiva e para a efetivação dos laços de pertencimento. Existe apenas uma igreja católica na comunidade, dedicada à Nossa Senhora Imaculada Conceição e a festa anual celebrada é um dos eventos mais significativos do calendário local. A festa é caracterizada por procissão, cantos, partilhas, rituais comunitários,

expressando por um lado a devoção religiosa, mas também a força simbólica da fé enquanto elemento de aglutinação da coletividade. Segundo os moradores, as missas são realizadas a cada dois meses pelo Pároco da Paróquia de São Francisco de Borja, em Piaçabuçu. Entretanto, a movimentação das dunas representa uma ameaça direta para essa dimensão espiritual, uma vez que a igreja, uma das únicas construções em alvenaria que existe na comunidade, terá que ser deslocada para outro ponto do território, devido à instabilidade do solo e avanço das areias.

Apesar do predomínio do catolicismo popular, é possível também notar na comunidade vestígios das religiões de matriz africana, detectáveis nas imagens e estampas de orixás dispostas nos altares das casas e em pequenos oratórios. Essa convivência entre os símbolos católicos e os afro-brasileiros revela uma religiosidade sincrética e resistente, herdeira das práticas dos ancestrais que conseguiram unir a fé e a luta pela sobrevivência. Assim, a espiritualidade no Pixaim se constitui como um elo entre tradição e contemporaneidade, reforçando o sentimento de comunidade e o respeito à natureza enquanto expressão do sagrado.

Figura 1 e 2: Interior e fachada da Capela de Nossa Senhora Imaculada Conceição e o avanço das dunas na Capela. Comunidade remanescente de quilombo Pixaim, município de Piaçabuçu, Alagoas. 2025.



Fonte: dados da pesquisa de campo. 2025.

Autor: Santos, 2025.

Figura 3 e 4: Altar doméstico na comunidade quilombola Pixaim, com imagens católicas e representações da orixá Iemanjá. Comunidade remanescente de quilombo Pixaim, município de Piaçabuçu, Alagoas. 2025.



Fonte: dados da pesquisa de campo. 2025.

Autor: Santos, 2025.

DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Não obstante a riqueza cultural e ecológica da comunidade, a pesquisa indicou a existência de gravíssimos problemas socioambientais que comprometem a sustentabilidade do território. A salinização das águas do rio São Francisco devido a alterações hidrológicas e à exploração desordenada emergiu como o principal fator de impacto, transformando a água imprópria para consumo e inviabilizando a antiga rizicultura. Este fenômeno acrescido da falta de políticas públicas representou o êxodo de mais de 90% das famílias.

A perda do acesso à água potável revela uma situação de injustiça ambiental, em que as comunidades tradicionais suportam os custos da degradação ecológica sem usufruir dos benefícios econômicos proporcionados pelos grandes projetos instalados na região. Hoje a captação da

água para o consumo e para utilização nos afazeres é feita por meio de poços que são cavados nas dunas, de onde retiram a água (Figura 06).

Para além das dificuldades materiais, uma vulnerabilidade institucional e política é evidente: a ausência de apoio governamental aos projetos produtivos e educativos. O distanciamento geográfico e a falta de transporte público propiciam a dificuldade de acesso à escola e aos serviços públicos. Esta realidade retrata o que Guimarães (2004) chama de crise da sustentabilidade, em que as dimensões social e cultural da vida estão subordinadas a um modelo de desenvolvimento excludente.

Figura 5 e 6: Captação de água em cacimbas e casas de taipa. Comunidade remanescente de quilombo Pixaim, município de Piaçabuçu, Alagoas. 2025.



Fonte: dados da pesquisa de campo. 2025.

Autor: Santos, 2025.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

As histórias colhidas ao longo da pesquisa, demonstram uma concepção ambiental marcadamente afetiva e identitária. Para os moradores do Pixaim, o ambiente não é percebido como mero recurso a ser apropriado, mas como local de pertencimento e de memória. Marin (2008), por sua vez, pontua que a percepção ambiental é um fenômeno sociocultural,

construído por meio das experiências vividas e das práticas simbólicas. Esta perspectiva é ratificada nas falas dos entrevistados, que associam o rio São Francisco, assim como as histórias de ancestralidade e resistência do povo quilombola.

A pesquisa possibilitou perceber que, mesmo frente à crise ambiental e a escassez, subsiste entre os moradores uma ética do cuidado com a natureza. O aproveitamento integral dos alimentos e o manejo racional da água são práticas disseminadas e que evidenciam uma consciência ecológica em formação, não proveniente de imposições externas, mas da experiência vivida. Estas práticas reafirmam o potencial da Educação Ambiental como ferramenta de resgate entre cultura e natureza, em especial nas comunidades de vida historicamente marginalizadas.

A observação de campo também possibilitaram reconhecer a relevância dos rituais religiosos e das festas locais como dispositivos de reatualização simbólica do território. Ao entoar cânticos, rezas e celebrações, os habitantes reafirmam sua pertença e resistência em face das alterações impostas pelo tempo e pelas políticas excludentes. Consoante apontado por Araújo e Nazareno (2018), essas práticas correspondem a formas de resistência epistêmica que afirmam outras formas de ser e de ter conhecimento a respeito do mundo.

PERSPECTIVAS DE REEXISTÊNCIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os dados apresentados sinalizam que a Educação Ambiental, ao ser vinculada aos saberes tradicionais e às lutas pelo direito a viver no território, pode se transformar em estratégia de reexistência. A comunidade do Pixaim, ao conjugar as práticas do cuidado com o ambiente e as ações educativas e culturais, demonstra que a sustentabilidade não tem apenas a dimensão ecológica, ela é também social, política e epistemológica.

As experiências descritas nas observações e nas práticas cotidianas indicam que a Educação Ambiental Crítica é um instrumento de emancipação e não apenas de sensibilização ecológica, pois estabelece o diálogo

entre o saber científico e os saberes ancestrais, rompe com a hierarquização dos saberes e colabora para a reconstituição da autoestima coletiva.

Dessa forma, as potencialidades da Educação Ambiental no Pixaim decorrem da aproximação entre identidade, território e sustentabilidade, reafirmando a necessidade de se estabelecer políticas públicas contextualizadas e participativas. Ao reconhecer a comunidade como próprio sujeito de conhecimento, a pesquisa nos revela que a Educação Ambiental promove não apenas o desenvolvimento sustentável, mas também fortalece a memória, a dignidade e a autonomia dos povos quilombolas.

Figura 7 e 8: Acesso à comunidade quilombola Pixaim. Comunidade remanescente de quilombo Pixaim, município de Piaçabuçu, Alagoas. 2025.



Fonte: dados da pesquisa de campo. 2025.

Autor: Santos, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida durante este estudo mostrou que a comunidade quilombola Pixaim, situada na foz do rio São Francisco, é um território de resistência e de extrema sabedoria ambiental, sendo que a Educação Ambiental, neste contexto, constitui um dos principais instrumentos de fortalecimento identitário e de reconstrução social. Esta pesquisa qualitativa e etnográfica demonstrou que os problemas enfrentados pela comunidade, tais como a escassez hídrica, a salinização das águas, a precariedade das condições de infraestrutura e a falta de políticas públicas, não são apenas problemas de cunho ambiental, mas são também indícios de um processo histórico de marginalização e invisibilidade social.

Os resultados mostram que, apesar das dificuldades, o Pixaim preserva práticas sustentáveis e valores comunitários fundamentados na solidariedade, no respeito pela natureza e na transmissão intergeracional dos saberes. Essas práticas, alicerçadas por uma racionalidade ecológica tradicional, evidenciam que o território é também um espaço educativo, onde o aprendizado acontece pela convivência, pela observação e pelo respeito aos ciclos da natureza.

Verificou-se que a religiosidade, a organização da comunidade e da prática educativa têm um papel primordial na manutenção da identidade quilombola. A fé manifestada na devoção à Nossa Senhora da Imaculada Conceição e a manutenção de elementos de matriz africana, como as imagens dos orixás, articula o plano espiritual e ecológico, reafirmando o entrelaçamento da natureza e o sagrado. Por assim dizer, a religiosidade manifesta-se em força simbólica que exerce a sustentação da esperança e da coesão social nas transformações ambientais e territoriais.

Do ponto de vista educacional, a pesquisa aponta para a necessidade de se afirmar uma Educação Ambiental Crítica, intercultural e decolonial, capaz de dialogar com os saberes locais e de promover a participação efetiva da comunidade no processo de decisão. Esse acompanhamento também deve ser assegurado, nos sistemas de gestão das políticas públi-

cas de educação, meio ambiente e cultura, para que a comunidade quilombola seja reconhecida como espaço legítimo da produção de conhecimento e inovação social.

Deste modo, as potencialidades da Educação Ambiental na comunidade Pixaim, consistem em sua capacidade de articular tradição e transformação, procurando integrar as práticas culturais, as práticas espirituais e ecológicas em uma visão ampla de sustentabilidade. A valorização dos saberes quilombolas, em conexão com a implementação das políticas de acesso à água, infraestrutura e educação contextualizada, é o caminho para a re-existência digna dessa população e para a preservação do seu patrimônio cultural e ambiental.

Em síntese, o estudo reafirma que o futuro da comunidade Pixaim está condicionado à articulação entre saberes tradicionais e ações institucionais, orientadas com base em valores de justiça ambiental, respeito à diversidade e valorização da memória coletiva. A Educação Ambiental, nesse sentido, caracteriza-se, não como uma técnica pedagógica, mas como uma prática libertadora e transformadora, devolvendo à comunidade a sua voz, o seu protagonismo e a sua esperança na reconstrução do seu território e do seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

BORGES, Lediane da Silva; DO CARMO SILVA, João Batista do Carmo; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Educação Ambiental e cultura quilombola: entre ausências de políticas públicas e práticas de resistência. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 430-449, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/vrycgfj24fg77ocrsuiiposn654/access/wayback/> <https://pe.riodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/10806/8321>. Acesso em 19 fev. 2025.

ARAÚJO, Alexandre Martins de; NAZARENO, Elias. Interculturalidade, complexidade ambiental e educação quilombola. **Educação Quilombola**, 2013. https://www.academia.edu/download/59810926/Complexidade_ambiental_eintercul

tura lidade_-_alexandre_e_elias20190620-53677-dtjph.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

FARIAS, Ivan S. **Relatório Técnico Antropológico** n.9/2024 - SPPEA/CNP/ISF, Ministério Público Federal. Arapiraca, 02 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004. Disponível em: http://antigo.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf#page=27. Acesso em: 13 maio 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, v. 16, 2004. Disponível em: <https://joacamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/11/haesbaert-dos-mc3baltiplos-territc3b3rios-c3a0-multiterritorialidade.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. P.61-108.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?fo>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MARIN, Andreia Aparecida. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6163>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

PEREIRA, Michelly Ribeiro dos Santos. **Identidade, território e educação ambiental no Quilombo Mesquita**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n3/621-626/pt>. Acesso em: 27 jan. 2025.

QUIJANO, Anibal et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 857-866, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/4259/3035>. Acesso em 25 fev. 2025.

SÁNCHEZ, Celso; PELACANI, Bárbara; ACCIOLY, Inny. Educação Ambiental: insurgências, re-existências e esperanças. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/102706979/24310.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200010&script=sci_abstract. Acesso em: 17 fev. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.